



CONSTITUINTE

Dornelles, Campos e Delfim: comandantes da economia durante o regime militar articulam o "centrão" na Constituinte de 1988

AJUSTES TIVERAM SUCESSO APENAS PARCIAL

Correio — Vamos voltar para a economia. Os srs. dois fizeram programas de ajuste. O ministro Campos criou o PAEG, que foi bem sucedido, e algumas instituições que, ou foram extintas ou estão em vias de ser mudadas, como é o caso da correção monetária e agora do ICM. O ministro Delfim também fez um ajuste no governo Figueiredo que foi bem sucedido do ponto de vista externo, mas não do ponto de vista da inflação. Eu gostaria que cada um comentasse o ajuste do outro.

Delfim — O ICM foi um instrumento decisivo na expansão de exportações que se procede de 66 a 67. As exportações físicas do Brasil cresceram a 12% ao ano entre 67 e 74. 12% ao ano. E depois você falou aí na correção monetária. A correção monetária era uma instituição formidável enquanto res-

trita ao sistema financeiro. Era tão formidável que a Inglaterra hoje tem, os Estados Unidos têm, a Suécia tem, a Austrália tem, todos eles papéis com correção monetária. O papel com correção monetária é que dá uma indicação na verdade da expectativa de taxa de inflação. Quando ela se generalizou é que ela produziu um problema. Por que? O que significa generalizar a correção monetária? Ou melhor: o que é a inflação? A inflação é transferência de renda. A correção monetária permite que algum setor se defenda contra a transferência. Então, o que acontece? A inflação acontece. Perde renda quem não tem capacidade de corrigir e mantém a sua renda quem tem a capacidade de corrigir. Quando todos os setores da economia conseguem correção monetária, você não tem mais de quem tirar nada. Se o Estado continua tendo déficit, e o que é o déficit do governo? É uma transferência de recursos do setor privado para o governo. Alguém tem que perder renda. Se todos estão protegidos pela correção monetária, só a inflação é infinita. Não tem outro caminho. Quando você falou no segundo ajuste, que foi em 82, lá você tinha um problema gravíssimo. Nós tínhamos metido a correção salarial semestral. Foi uma tragédia. Era visível que na hora em que você admitiu a correção semestral, o ano virou seis meses. Então, a inflação de um ano ia acontecer no período de seis meses. E foi rigorosamente o que aconteceu. Para surpresa de ninguém.

Correio — Agora o ministro Campos poderia falar do ajuste do segundo mandato do Delfim

Campos — Eu acho que a correção monetária foi infirmada em seus

defeitos não só pela generalização a todos os setores, quando era essencialmente um instrumento de preservação, proteção e estímulo da poupança, como pelo encurtamento do prazo de carência. Porque a correção monetária só era paga ao depositante depois de seis meses. Era creditada antes, mas não era paga antes de seis meses. Então, não era quase-moeda (*ativos do sistema financeiro que podem ser transformados rapidamente em moeda, influenciando assim a procura por bens e serviços*). O que tornou a correção monetária uma quase-moeda, portanto dificultando muito o controle monetário, foi o fato de que o período foi encurtando. Três meses, depois para um mês, depois correção monetária no *overnight* (*mercado onde se fazem aplicações financeiras em um dia para resgatar no dia seguinte*). Portanto, virou uma quase-moeda. Tinha que se pensar em controle da moeda e da quase-moeda, e a quase-moeda é muito difícil de controlar. Isso explica um pouco a dispersão de resultados. Resultados muito bons no setor externo, com as desvalorizações cambiais, e resultados medíocres no setor interno, com inflação renitente. Os rapazes do Plano Real intuiram o problema corretamente. A correção monetária havia deixado de ser útil. Era um fator negativo. Era uma quase-moeda que se aplicava a todos os setores da economia e, portanto, impedia alterações desejáveis nos preços relativos (*relação estabelecida entre diversos pares de preços importantes de uma economia, com a finalidade de observar sua variação no tempo; por exemplo, os preços dos produtos agrícolas comparados com os dos produtos industriais*).